

MENSAGEM

Nº da mensagem	566254
Mês/Ano pagamento	11/2025
Situação	Divulgado
Órgão de origem	17500 - MIN GESTAO E INOV EM SERV PUBLICOS
UORG de origem	
Assunto	[AFASTAMENTO] Licença-paternidade - Prorrogação em caso de internação
Motivo	[AFASTAMENTO] Licença-paternidade - Prorrogação em caso de internação hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido
Data de divulgação	13/11/2025
Data fim da divulgação	13/11/2026
Data/hora de cadastro	13/11/2025 15:33:19

DESTINATÁRIOS

Órgão	Uorg
Todos	Todas

TEXTO ***[AFASTAMENTO] Licença-paternidade: Prorrogação em caso de internação hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido**

Comunicas relacionados: 564097, 564444

Às unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidade integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec

Em resumo

Em decorrência do Despacho do Presidente da República de 11/07/2025, que aprovou o Parecer AGU nº JM-10/2025 com efeito vinculante, fica estabelecido o termo inicial da licença-paternidade, que, em casos de internação hospitalar, deverá corresponder à data da alta hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido após o parto, prevalecendo o que ocorrer por último. Em razão disso, foram criadas ocorrências no sistema de frequência, com vigência a partir da referida data.

O que houve

O Despacho Presidencial de 11/07/2025 conferiu efeito vinculante ao entendimento do Parecer AGU nº JM-10/2025, que estabelece que:

"O termo inicial da licença-paternidade deve ser a alta hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, prorrogando-se o benefício de modo a preservar o seu prazo legal (art. 207 da Lei nº 8.112/1990, com a prorrogação do Decreto nº 8.737/2016, e art. 6º da Lei nº 13.109/2015)."

Tal entendimento aplica-se a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal e assegura que o período de convivência familiar se inicie após a alta hospitalar, em consonância com o princípio da parentalidade responsável previsto no art. 229 da Constituição Federal. Diante da formalização da matéria, novas ocorrências serão disponibilizadas, com vigência a partir da publicação do Despacho Presidencial.

O que fazer

As unidades de gestão de pessoas devem utilizar as seguintes ocorrências no Sigepe Afastamento para registrar a prorrogação da licença-paternidade em razão da internação do recém-nascido:

Código	Nome da Ocorrência	Vigência	Aplicação
0452	Licença-Paternidade – Prorrogação por Internação (CDT)	a partir de 11/07/2025	Agentes públicosregidos pela CLT
0453	Licença-Paternidade – Prorrogação por Internação (EST)	a partir de 11/07/2025	Servidoresocupantes de cargo efetivo

- Registrar os afastamentos relativos à prorrogação da licença-paternidade por internação, utilizando exclusivamente as novas ocorrências;

- Orientar as pessoas agentes públicas sobre a necessidade de apresentação de documentos comprobatórios da internação e da alta hospitalar;
- Assegurar que os registros sejam realizados, observando a vigência das novas ocorrências;
- Divulgar amplamente estas orientações no âmbito do órgão ou entidade

Importante:

O sistema será ajustado para permitir o registro das novas ocorrências, a partir da frequência de julho/2025, conforme o disposto no Despacho Presidencial e nas orientações deste Comunica.

Mais informações

Acesse: https://www.gov.br/servidor/pt-br/canais_atendimento/central-sipec

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Sistema e Qualificação de Cadastro – CGcad
Diretoria de Solução Digitais – Desin
Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP
Ministério da Gestão

DADOS DE LEITURA

Número de Mensagens Divulgadas	30734
Número de Mensagens Lidas	0 (0,00%)